

Ata da VII Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2025

ATA CTJ N°	07/2025
Título	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
Local	Sala do Órgão Especial do TJCE
Data	31/07/25
Horário	10:00 às 13:00

Participantes:

Nome	Instituição	Função
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves	TJCE	Desembargadora
Dra. Jade Romero	VICE-GOV	Vice-governadora
Dra. Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz	TJCE	Juíza de Direito
Dra. Mônica Kaline Barbosa de Oliveira Nobre	MPCE	Promotora de Justiça
Dr. Danilo Rafanele Motta	DHPP	Delegado da DHPP
Dra. Carol	DHPP	Servidora da PCCE
Dr. Atila Einstein de Oliveira	PEFOCE	PEFOCE
Catulo Hansen	Vice Gov	Vice-Governadoria
Jessica Pinheiro Camelo e Silva	TJCE	SEPLAG
Michelle	TJCE	SEPLAG
Israel Grangeiro Landim	TJCE	Assistente da 13ª Vara Criminal
Jordana Lima Portela	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
José Ivo F. Lins	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Carla Dieyla Teixeira Ponte	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça

Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê, e dos convidados acima listados.

A Desembargadora Ângela agradeceu a presença de todos os representantes do comitê e convidados, saudando os participantes e reforçando a importância da colaboração interinstitucional para o sucesso do Programa, cujo objetivo principal é acelerar o julgamento de crimes dolosos contra a vida com autoria já esclarecida, garantindo maior eficiência na prestação jurisdicional.

Posteriormente, foi submetida à apreciação dos presentes a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade, registrando-se a concordância de todos os membros do Comitê. Em seguida, a palavra foi passada à Vice-Governadora Jade Romero, que apresentou a representante da TI da Vice-Governadoria, que passará a acompanhar os trabalhos do Programa Tempo de Justiça, reforçando o apoio técnico necessário para o avanço das iniciativas.

A Desembargadora Ângela prosseguiu repassando os andamentos dos compromissos firmados na última reunião. No primeiro compromisso, referente à abordagem mais próxima das Varas do Júri para processos em fases avançadas, informou que a Diretora do Fórum comunicou a nomeação de juízes para a 5ª Vara do Júri, mas destacou que a redução de produtividade no período deveu-se à escala de férias. No segundo compromisso, relatou ter feito cobranças formais para agilizar processos em grau de recurso, assegurando que o Tribunal priorize essas demandas.

O Dr. Danilo Rafanele acrescentou que já foram fornecidos login e senha à Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE) para acesso ao Painel do Programa Tempo de Justiça, facilitando o acompanhamento em tempo real.

A Desembargadora Ângela também abordou a necessidade de inclusão do CPF das partes na implantação do PJE nas Varas Criminais. A servidora Jessica, da SEPLAG, explicou que, enquanto o polo ativo exige obrigatoriedade do CPF, o polo passivo permite a marcação do campo "Parte sem CPF", informando ainda que a migração para o novo sistema (PJE) está prevista para janeiro de 2026.

Em seguida, a servidora Michele, da SEPLAG, apresentou o Painel de Violência Doméstica e Feminicídio desenvolvido pela Gerência de Integridade e Análise de Dados do TJCE. Foram exibidos dados estatísticos significativos: 13.527 novos casos de medidas protetivas (5.354 julgados e 13.916 baixados); 4.528 novos casos de violência doméstica (4.547 julgados e 5.051 baixados); e 198 novos casos de feminicídio (242 julgados e 228 baixados). Michele esclareceu que o termo "julgados" refere-se às decisões concessivas ou denegatórias das medidas.

A Vice-Governadora Jade Romero questionou o número de feminicídios registrados como casos novos em 2025, e a Desembargadora Ângela solicitou que Michele extraísse uma lista detalhada para conferência e alinhamento dos dados. Michele complementou sua exposição informando a taxa de concessão de medidas protetivas por 100 mil mulheres (297), bem como o tempo médio de tramitação dessas medidas (5,13 dias), com variações entre as zonas judiciárias.

A Dra. Jacinta indagou sobre a possibilidade de determinar que as Varas do Júri realizem um saneamento dos assuntos cadastrados em processos com tema de feminicídio. Michele respondeu que tal medida depende de determinação formal da Presidência ou da Corregedoria.

A Vice-Governadora Jade reforçou a importância de combater a subnotificação, uma vez que a imprensa frequentemente cobra dados precisos sobre feminicídios.

Michele finalizou exibindo o cumprimento da Meta 8 do CNJ (76,08% para violência doméstica e 89,09% para feminicídios) e informando que o tempo médio para julgamento de processos de feminicídio é de 602 dias, enquanto o tempo médio de baixa é de 548 dias. O Dr. Danilo Rafanelle acrescentou que, segundo dados atualizados da DDMF, o número de feminicídios consumados em 2025 em todo o Ceará é de 30.

Catulo Hansen retomou a palavra para apresentar um relatório detalhado sobre o estágio atual do Programa Tempo de Justiça. Dos 229 processos monitorados, 71 foram finalizados, representando um avanço de 17 processos em relação ao mês anterior. Desse total, 54 foram concluídos em até 400 dias, com aumento de 7 processos nesse prazo. Faltam apenas 9 processos para atingir a meta do ciclo atual. A distribuição por vara mostra: 1ª Vara do Júri (52 processos, 16 finalizados), 2ª Vara do Júri (55 processos, 13 finalizados), 3ª Vara do Júri (43 processos, 15 finalizados), 4ª Vara do Júri (38 processos, 14 finalizados) e 5ª Vara do Júri (41 processos, 13 finalizados). Catulo destacou o bom avanço geral, com ênfase para a 1ª Vara do Júri.

Em relação às fases processuais dos processos pendentes, Catulo apresentou: Delegacia Inquérito (4), Delegacia Diligência (6), Tribunal Citação do Réu (4), Defesa Resposta a Acusação (5), Tribunal Início da Instrução (10), Tribunal Fim da Instrução (19), MP Alegações Finais (8), Defesa Alegações Finais (10), Decisão (9), Tribunal Recurso (46, maior concentração), Trânsito em Julgado (7) e Tribunal do Júri (26). Quanto aos feminicídios, informou que, dos 19 processos, 12 foram finalizados.

Sobre os júris designados, Catulo detalhou: 1ª Vara (5 processos, 4 designados), 2ª Vara (1 processo, 0 designados), 3ª Vara (7 processos, 6 designados), 4ª Vara (5 processos, 3 designados) e 5ª Vara (8 processos, 6 designados). Ressaltou que um júri está marcado para data posterior ao término do ciclo, mas, se todos forem realizados, a meta será superada. Catulo também comentou positivamente sobre o cadastro dos servidores das varas no painel do Programa, permitindo que comparem seus desempenhos com outras unidades.

A Desembargadora Ângela reforçou que o apoio das unidades tem sido fundamental para o sucesso do Programa. O Dr. Atila abordou a questão do CPF dos réus, informando que há um movimento para implantar novo sistema de cadastro durante a apresentação de presos e que estão em andamento conversas com Gustavo, da SETIN do TJCE, para compartilhamento de dados.



Para encerrar, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reafirmou o calendário de reuniões ordinárias, que continuam ocorrendo na última quinta-feira de cada mês, às 10 horas, mantendo o compromisso de acompanhamento contínuo e aprimoramento das ações do Programa.

COMPROMISSOS:

#	Compromisso	Responsável
01	Ofício da Presidência pedindo às Varas do Júri pedindo o saneamento dos dados referentes aos assuntos dos processos de feminicídio.	Desa. Angela e Dra. Jacinta
02	Carla deve verificar o júri agendado para após o término do atual ciclo.	Carla
03	Michele fornecerá os números dos processos de feminicídios para o Dr. Danillo conferir o correto cadastro do assunto dos processos	Michelle e Dr. Danilo Rafanelle

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 13h, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **04 de setembro de 2025, quinta-feira, às 10h00min, no TJCE.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.